PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Município de Atalaia – Estado do Paraná

Vigência: 2025–2028

Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

1. Apresentação

Este Plano de Ação estabelece diretrizes e metas para a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência no município de Atalaia-PR, sobre a **Lei Municipal 1506/2024** garantindo sua inclusão plena na sociedade, conforme a **Lei Brasileira de Inclusão (Lei N.º 13.146/2015)** e as normas do Governo do Estado do Paraná.

2. Diagnóstico Situacional

População estimada com deficiência em Atalaia-PR:

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA - 2010

TIPO DE DEFICIÊNCIA POPULAÇÃO

Pelo menos uma das deficiências investigadas (1): 993

Visual: 725

Auditiva: 254

Física e/ou motora: 339

Mental e/ou intelectual: 62

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra Posição em 26/05/2025 - IPARDES

* A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência

* Os dados das deficiências no diagnóstico são de 2010, sendo dados não atuais, sendo assim, o município fará um levantamento das pessoas com deficiência, tendo assim um dado concreto para a atualização execução de ações e estratégias do plano.

Principais desafios identificados:

- Cadastro de Identificação quantitativa de pessoas com deficiência;
- Falta de apoio familiar;
- Pouco transporte adaptado;
- Pouca oferta de capacitação profissional;
- Necessidade de apoio pedagógico nas escolas;
- Fortalecer a rede de profissionais para atendimento.

3. Objetivos

Geral:

Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, não limitando e sim estendendo a todos que necessitam.

Específicos:

- Ampliar a acessibilidade física e digital;
- Promover a inclusão escolar e profissional;
- Fortalecer políticas públicas inclusivas;
- Garantir a participação social da pessoa com deficiência;
- Aumentar o número de diagnóstico precoce;
- Garantir a autonomia financeira.

4. Eixos Estratégicos e Ações

Eixo	Ação Estratégica	Responsável	Prazo	Indicador
Acessibilidade	Diagnóstico de acessibilidade em prédios públicos	Secretaria de Obras	2027	Relatório entregue
Transporte	Implementação de transporte acessível municipal	Secretaria de Transportes	2027	Veículo adaptado em operação
Educação	Capacitação de professores para inclusão de alunos com deficiência	Secretaria de Educação	Anual	Nº de professores capacitados
Saúde	Atendimento prioritário e capacitação de agentes de saúde para lidar com PCDs	Secretaria de Saúde	2025–2028	Protocolos implementados
Qualificações	Cursos de capacitação profissional em parceria com SENAI/SEBRAE	Secretaria de Assistência Social	2025–2028	Nº de beneficiários capacitados
Trabalho e renda	Cursos de inclusão ao mercado de trabalho em parceria com SENAI/SEBRAE	Agencia do trabalhador	2025–2028	Nº de capacitados
Participação Social	Criação e fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Gabinete do Prefeito	2025	Conselho criado e ativo
Capacitação	De todos técnicos e profissionais que atendem e trabalham com PCDs	Administração	2025–2028	Nº de capacitações
Acompanhamentos	Grupo de famílias que precisam de apoio	CMDPCD	2025–2028	Nº de famílias acompanhadas

Obs.: Todas as ações terão o comprometimento da rede e secretarias municipais

5. Estrutura de Governança

- **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** órgão deliberativo e fiscalizador.
- **Comissão Técnica Intersetorial:** representantes das secretarias municipais para operacionalização das ações.

6. Monitoramento e Avaliação

- Relatórios semestrais de avaliação das metas;
- Reuniões mensais de aprimoramento;
- Atualização do plano a cada 4 anos.

7. Financiamento

Recursos provenientes de:

- Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Parcerias com Governo Estadual (via COEDE/PR) e Federal;
- Emendas parlamentares.

8. Disposições Finais

Este plano será revisado periodicamente, mediante avaliação do Conselho Municipal e escuta pública. Sua execução depende da articulação entre os entes públicos e da participação social.